

DF - Brasília

Para pôr ordem no caos

07 JUL 2006

JORNAL DE BRASÍLIA

DÊNIO SIMÕES

Jairo Viana

Retomar a legislação do antigo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), que delimita a área a ser ocupada por bares e restaurantes, sem autorizar a construção dos puxadinhos, como ocorreu até recentemente. Esta foi a única proposta de consenso apresentada, ontem, na primeira reunião realizada pela Administração Regional de Brasília para tratar da questão da ocupação das áreas públicas no Plano Piloto. Do encontro participaram empresários, líderes do setor e representantes dos órgãos distritais e federais.

Segundo a arquiteta Lídia Botelho, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), é difícil dissociar as posturas da questão da ocupação de área pública. Foi ela quem apresentou a proposta sobre a legislação do Cauma, que será debatida na próxima reunião, a ser realizada dentro de dez dias.

O encontro foi convocado na busca de soluções para a questão do barulho provocado pelos freqüentadores e o som mecânico ou ao vivo dos bares e restaurantes; falta de estacionamento na região do comércio local; invasão de áreas públicas por mesas e cadeiras dos estabelecimentos e segurança pública.

No início da reunião, o administrador de Brasília, Luiz Antônio Reis, alertou que os 17 participantes não dispunham de "ferramentas legais e jurídicas



■ ADMINISTRADOR DE BRASÍLIA, LUIZ ANTÔNIO REIS (C), DEBATEU O TEMA COM MEMBROS DA COMUNIDADE

para discutir a questão da ocupação de área pública". Ou seja, os puxadinhos, proibidos pela Justiça, esta semana. Mesmo assim, o assunto veio à tona a todo momento.

Luiz Antônio explicou que, ao assumir o cargo, vem utilizando o método de somente expedir o alvará de funcionamento dos estabelecimentos que têm puxadinhos depois de o dono fazer a demolição da construção irregular. "Demora, mas é a saída que encontramos para cumprir a legislação, sem entrar em confronto com os empresários", diz.

O empresário Jorge Ferreira, dono de restaurante na Asa Norte, fez as intervenções mais lúcidas do encontro. Ele convocou as autoridades para que sejam as mediadoras dos conflitos entre moradores e comerciantes.

■ Educação

E alertou para a necessidade de educar os empresários. Uma vez que, por causa de uma minoria que não respeita os moradores, a maioria, que é ordeira, paga o preço da fiscalização repressiva. Jorge defendeu que os empresários do

ramo precisam ser mais responsáveis e evitem perturbar os vizinhos, que geralmente são seus fregueses.

Segundo a representante da Secretaria de Fiscalização das Atividades Urbanas (Sefau), Helena Amano, só 5% dos 1,2 mil donos de bares e restaurantes do Plano Piloto, ou cerca de 50, perturbam o silêncio dos moradores das quadras próximas. Helena contou e o secretário de Meio Ambiente, Roberto Giffoni, confirmou, que cerca de 70% das reclamações que recebem são sobre poluição sonora de bares e restaurantes.